

A QUESTÃO SOCIAL: UMA DOENÇA INCURÁVEL?

*Mylena Devezas Souza*¹

*Luiza Alves Chaves*²

Resumo

A questão social foi identificada ao final do século XIX, sendo caracterizada pelas disfunções da sociedade industrial emergente. Desde então, ela é alvo de pesquisas e teorias. Há quem defenda que contemporaneamente vive-se uma nova questão social, por considerar que o modelo de exclusão atual não corresponde às antigas categorias de exploração. Outros defendem que não haveria nova problemática social, mas apenas uma nova manifestação da mesma questão social, vez que não teria ocorrido a superação da antiga questão social e que os problemas atuais seriam derivações de uma mesma origem. Pretende-se, portanto, discutir as teorias quanto a existência ou não da nova questão social, a fim de analisar sua permanência na sociedade.

Palavras-chave: Questão social. Capital. Trabalho.

INTRODUÇÃO

A questão social data ao menos dois séculos e já foi notada por diversos autores e pesquisadores. Inicialmente, era tomada em conta a partir dos reflexos da revolução industrial nos caracteres mais elementares da relação trabalho *versus* capital e suas consequências no plano social, sobretudo no que concerne às condições de vida que o trabalho fornecia aos trabalhadores e, posteriormente, acrescida de novos problemas e reivindicações, relacionados mais à precarização do trabalho.

Aqueles que defendem a existência de uma nova questão social, entendem por superada a aquela do século XIX. De modo contrário, há pesquisadores que defendem a inexistência de uma nova questão social, compreendendo o quadro atual das consequências advindas da relação trabalho *versus* capital tão somente como uma nova

¹ Mestranda em Direito e Sociologia pela Universidade Federal Fluminense –RJ. Pós graduada em Direito e Processo do Trabalho pelo IBMEC-RJ. Advogada.

² Mestranda em Direito e Sociologia pela Universidade Federal Fluminense – RJ. Advogada.

manifestação da mesma questão social originariamente identificada. Para estes, a essência do problema permanece com a mesma: a exacerbada exploração do trabalho pelos detentores dos meios de produção.

No cenário pós-moderno, o aumento do desemprego ocorre simultaneamente ao acréscimo do número de postos de trabalho no setor de serviços, bem como no de serviços parciais, além de empregos temporários e terceirizados, dentre outros. Sendo assim, a tradicional exploração dos trabalhadores pelos detentores dos meios de produção permanece ativa na sociedade, centrada principalmente no excesso de mão de obra a baratear a contraprestação pelo trabalho, ensejando a precarização deste.

A questão posta nestes termos revela interessante dicotomia no que se refere às circunstâncias que redundam as relações laborais de modo geral: se num período inicial, os trabalhadores se organizavam para obter melhores condições de pactuação e exercício do trabalho, hoje eles disputam espaço na exploração dos empregadores, almejando a obtenção de condições mínimas de vida e de acesso à bens e serviços. Essa problemática atual se revela com a baixa inserção no mercado de profissionais acima de 45 anos, bem como com a proletarianização e empobrecimento da classe média. (PASTORINI, 2004).

Portanto, vivencia-se contemporaneamente um movimento de regressão dos direitos sociais concomitantemente à ausência de proteção e expressão sindical dos trabalhadores, num cenário de aumento da precarização do trabalho e da exclusão social. No Brasil, a situação agravou-se, recentemente, com a aprovação da reforma trabalhista em 2017, que promoveu o recuo de direitos trabalhistas, com a prevalência do negociado sobre o legislado e o enfraquecimento da força sindical.

1. A questão social

A identificação e a utilização do termo questão social iniciou-se a partir da distinção entre o setor econômico e social, tendo ganhado força com o desenvolvimento da sociologia, conforme leciona Montaño:

A expressão "questão social" começa a ser empregada maciçamente a partir da separação positivista, no pensamento conservador, entre o

econômico e o social, dissociando as questões tipicamente econômicas das "questões sociais" (cf. Netto, 2001, p. 42). Assim, o "social" pode ser visto como "fato social", como algo natural, a-histórico, desarticulado dos fundamentos econômicos e políticos da sociedade, portanto, dos interesses e conflitos sociais. Assim, se o problema social (a "questão social") não tem fundamento estrutural, sua solução também não passaria pela transformação do sistema. (MONTAÑO, 2012, p. 271)

Embora esta distinção tenha se operado e a questão social tenha passado a habitar o campo da sociologia, tal não significa que ela afigure-se como elemento estranho à influência de influxos econômicos e políticos. Em verdade, a questão social deita suas bases em razões de matizes econômicos e políticos, como resultado da interação dialética entre ambos. Nesse sentido:

A "questão social" é separada dos seus fundamentos econômicos (a contradição capital/trabalho, baseada na relação de exploração do trabalho pelo capital, que encontra na indústria moderna seu ápice) e políticos (as lutas de classes). É considerada a "questão social" durkheimianamente como problemas sociais, cujas causas estariam vinculadas a questões culturais, morais e comportamentais dos próprios indivíduos que os padecem. (MONTAÑO, 2012, p. 274)

Esses fundamentos de ordem econômica e política desempenharam papel decisivo no surgimento da questão social. É que se convencionou entre os estudiosos do tema que apenas com o surgimento do Estado Moderno, e sobretudo com a revolução industrial, o mundo ocidental passou a reunir as condições necessárias ao estabelecimento da relação trabalho-capital e, por consequência, ao surgimento da questão social.

Essas condições, de caráter político e econômico, consistiam, em apertada síntese, na formação de uma poderosa classe produtora desejosa de que seus interesses fossem protegidos pelo Estado, associada a uma generalizada insatisfação, por parte deste grupo, com a marginalização política destes interesses. O Estado revelara-se, então, incapaz de atender aos anseios de um grupo que, afinal, era o responsável pela manutenção de sua riqueza, e, por isso, precisava ser reformulado.

Apenas com o sepultamento do Estado Moderno e com o surgimento do Estado Contemporâneo, portanto, é que se adota um modelo de organização social confessadamente forjado nos interesses dos detentores dos meios de produção. Nesse modelo, a atividade produtiva, embora detida pelas classes dominantes, era materialmente executada pela classe dominada, a quem ficava reservadas condições

abusivas de trabalho e todos os reveses sociais e econômicos daí decorrentes. Nessa mesma linha:

Tendo como pano de fundo os processos de urbanização e industrialização na sociedade capitalista da Europa no transcurso do século XIX, poderíamos afirmar que a “questão social” deve ser entendida como conjunto de problemáticas sociais, políticas e econômicas que se geram com o surgimento da classe operária dentro da sociedade capitalista. Ela relaciona-se necessariamente no continente europeu à ordem burguesa; ou seja, refere-se ao processo de desenvolvimento do próprio capitalismo. (PASTORINI, 2004, p. 104)

É o cenário de evidente exclusão e desigualdade social, decorrente do embate entre os interesses da classe dominada com os da classe dominante, a que se denomina “questão social”. As condições de pactuação e execução do trabalho neste período inicial do Estado Contemporâneo deram azo a toda sorte de insatisfações relacionadas, sobretudo, a ausência de garantias mínimas estabelecidas em benefício daqueles que não dispunham de nada senão da própria força laboral, mal remunerada, ilimitadamente exploradora e responsável pela perpetuação de mazelas sociais.

A questão social, assim, seria a expressão do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e do seu ingresso no cenário político da sociedade, com a exigência de seu reconhecimento pelo empresariado e pelo Estado, cujo núcleo problemático cinge-se, em síntese, na regulamentação e organização da força de trabalho assalariada (PASTORINI, 2004).

Nesse contexto, a exploração do trabalho pelo capital ocasiona a acumulação da riqueza gerada pelo trabalhador nas mãos dos detentores dos meios de produção, criando desigualdade econômica e a separação da sociedade em classes antagônicas. Os trabalhadores, apesar de inseridos no mercado de trabalho, não possuíam os recursos necessários ao gozo de uma vida minimamente digna, nem para a aquisição de bens e serviços, por eles mesmos produzidos ou executados.

Assim, a pobreza e a miséria, expressões mais representativas da desigualdade característica da questão social, passam a ser visualizadas como um problema de distribuição do mercado. Isso porque, a concentração de renda impedia ou dificultava sobremaneira o acesso dos trabalhadores ao mercado de consumo e, assim, ao mesmo tempo em que havia elevado contingente de mão de obra, inexistia uma

massa de consumidores ampla o suficiente para absorver os bens e serviços ofertados na sociedade (MONTAÑO, 2012).

A despeito de algumas incursões políticas – Constituição Mexicana de 1917, Constituição de República de Weimar, de 1919, *New Deal*, nos Estados Unidos da América etc – tendentes a amenizar o quadro de pobreza e exclusão social que se apresentava entre os trabalhadores do início do século XX, a situação precária a que eles eram submetidos experimentou algum agravamento a partir do segundo pós-guerra, com a expansão do modelo capitalista de produção (MONTAÑO, 2012):

Assim, a atual estratégia neoliberal de “enfrentamento” da pobreza é diferente da concepção liberal clássica (até o século XVIII — onde se pensa a causa da miséria como um problema de carência, respondendo a ela com a organização da filantropia), é distinta da perspectiva pós-1835 (século XIX — que, a partir da constituição do proletariado como sujeito e de suas lutas desenvolvidas particularmente entre 1830-48, pensa o pauperismo como mendicância e como crime, tratando assim dela com repressão e reclusão), é diferente da orientação keynesiana (século XX até a crise de 1973 — que considera a “questão social” como um “mal necessário”, produzido pelo desenvolvimento social e econômico (ou como um insuficiente desenvolvimento), internalizando a “questão social” e tratando-a sistematicamente mediante as políticas sociais estatais, como direitos, por meio do fornecimento de bens e serviços). (MONTAÑO, 2012, p. 277)

Com efeito, o modelo de produção capitalista está estruturado sobre bases exclusivistas, propiciando a produção e o acúmulo de riquezas por parte de quem detém o capital por meio da utilização da força de trabalho, contratada e executada nos limites mínimos de dignidade ou até abaixo deste. Isso significa que, embora o trabalhador participe de forma decisiva na produção da riqueza, esta não se converte à sua titularidade ou benefício; produz, mas não para si.

Assim, em sociedades pré-capitalistas a pobreza é o resultado (para além da desigualdade na distribuição da riqueza) do insuficiente desenvolvimento da produção de bens de consumo, ou seja, da escassez de produtos (ver Netto, 2001, p. 46). Contrariamente, no modo de produção capitalista a pobreza (pauperização absoluta ou relativa, conforme caracteriza Marx, 1980, I, p. 747 e 717) é o resultado da acumulação privada de capital, mediante a exploração (da mais-valia), na relação entre capital e trabalho, entre donos dos meios de produção e donos de mera força de trabalho, exploradores e explorados, produtores diretos de riqueza e usurpadores do trabalho alheio. (MONTAÑO, 2012, p. 279)

A intervenção estatal, contudo, não se revelou de todo insuficiente. Isso porque, desde o século XIX os países europeus passaram a notar a necessidade de atuação do poder público no sentido de operar pequenas correções nas dificuldades advindas pelo modelo de produção, prática que se espalhou pelo ocidente (ROSAVALLON). No entanto, a preocupação com a ideia de um Estado-Prestacional ou Estado-Providência, como tem sido denominado, voltava-se mais ao objetivo de conter a eclosão de revoltas sociais e ampliar o mercado de consumo, do que com o estabelecimento de uma igualdade substancial.

2. A nova questão social

A partir da década de 1970 iniciou-se o desenvolvimento de pesquisas acerca da existência de uma dita nova questão social, originada do acúmulo de problemas da sociedade pós-moderna, como o acentuado desemprego e a exclusão social e econômica, decorrentes do agigantamento do Estado Providência e de falhas na gestão deste. Trata-se de período em que, uma vez mais, as questões atinentes aos direitos sociais passam a ocupar a centralidade dos esforços estatais:

O surgimento de uma nova questão social traduz-se pela inadaptação dos antigos métodos de gestão do social, como testemunha o fato de que a crise do Estado Providência, diagnosticada no fim dos anos 1970, mudou de natureza, iniciando uma nova fase a partir do princípio da década de 1990. Além dos problemas lancinantes de financiamento, e das disfunções sempre onerosas dos aparelhos estatais, são discutidos os princípios fundamentais da organização da solidariedade e a própria concepção dos direitos sociais. (ROSAVALLON, 1998, p.23)

Os estudiosos da nova questão social acreditam que o contexto de desigualdade do século XIX e início do XX foi superado pelo Estado Providência. Contudo, a adoção e a falta de planejamento deste modelo político-econômico teria sido responsável pelo surgimento de novos problemas, identificados sob o nome de nova questão social. Nesse cenário, o desenvolvimento tecnológico aparece como causa principal do aumento do desemprego e oportuniza a precarização das condições de trabalho.

A precarização, resultado da reestruturação internacional do capitalismo nas últimas décadas, segundo o autor, conduz a uma desestabilização dos estáveis que contribui para aumentar a

vulnerabilidade social. Esse crescimento da vulnerabilidade (que seria produto da degradação das relações de trabalho e das proteções correlatas) supostamente estaria indicando a presença de uma “nova questão social”. (PASTORINI, 2004, p. 65)

A precarização consistiria num dos mais evidentes reflexos da nova questão social, ante o aumento do desemprego como circunstância favorável ao desenvolvimento de novos modelos de pactuação do trabalho, tendentes a restringir direitos. Esses novos modelos podem ser bem exemplificados nas figuras da terceirização do trabalho, contrato por tempo determinado, jornadas parciais e, sobretudo, à genérica admissão do discurso da flexibilização de direitos como instrumento apto a garantir o emprego:

Ora, o debate sobre a questão social não pode ignorar este pano de fundo em que as características do trabalho estão profundamente transformadas. Estando estreitamente associada ao esboroamento da sociedade salarial e aos fenómenos de desemprego e de precarização, a exclusão não corresponde apenas a situações individuais, mas a “uma angústia colectiva face ao risco de perda do emprego e das regalias sociais” (Paugam, 1997, p. 35). Como sustenta Bourdieu (1988), hoje a precariedade está em toda a parte, agindo directamente sobre aqueles que toca (e que deixa sem condições de se mobilizarem) e indirectamente sobre todos os outros, pelo medo que suscita e que é metodicamente explorado pelas estratégias de precarização, como a introdução do princípio da flexibilidade. (FERREIRA, 2008, p. 582)

Neste novo estado de coisas, também, a exclusão parece se operar não decisivamente pelo estabelecimento de um modelo estatal voltado aos interesses do capital, mas por dificuldades circunstanciais advindas de políticas públicas mal-sucedidas, insuficiência dos serviços de assistência social e uma enorme dificuldade de inclusão social e económica de determinados grupos de pessoas. Nesse sentido, constatou-se que:

Na década de setenta, a sociedade francesa rendeu-se a uma constatação: a pobreza persiste, apesar do crescimento económico. Nesse contexto, a noção de exclusão aparece para designar os inadaptados sociais (deficientes físicos, pessoas inválidas, doentes mentais, crianças abandonadas, menores delinquentes, suicidas, alcoólatras), enfim, indivíduos marcados por dificuldades de sociabilidade ou a-sociais. A esses também se juntavam outras categorias, como vagabundos, antigos delinquentes, prostitutas que não conseguiam encontrar trabalho, e também milhares de famílias das bidonvilles¹¹ – que não encontravam trabalho e viviam de expediente. (IVO, 2010, p. 22)

O problema da superação da dificuldade de inclusão destes indivíduos não teria sido adequadamente enfrentado pelo Estado. Ao reverso de se adotarem políticas

de ampliação da qualificação profissional, teria sido objeto de preferência do poder público a assunção de que grupos como os acima definidos estariam irremediavelmente excluídos da sociedade, razão por que seriam considerados inválidos sociais:

A categoria da “invalidez social” foi inventada nos anos 1980, da mesma forma como se inventou a categoria do “desemprego” no fim do século XIX: para administrar populações que não se conseguia mais inserir normalmente na sociedade. (ROSAVALLON, 1998, p. 102)

A ideia de invalidez, tal como tem sido recepcionada, provoca reações estatais não no sentido de solucionar a causa da exclusão social ou da invalidez, mas no de garantir a subsistência, em patamares mínimos, àqueles que por um infortúnio ou por condições pessoais encontra-se alijado da participação social e econômica. Portanto, para solucionar problemas característicos do Estado-Providência, adota-se, curiosamente, medidas próprias deste mesmo modelo de organização, tal como faz o Brasil, com a implementação do programa bolsa-família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar sobre a questão social é discutir a questão da divisão de classes presente na sociedade, é ainda abordar a apropriação de riqueza apenas por parte do capital, mantendo a desigualdade na distribuição de recursos. A pobreza tornou-se um fator constante da sociedade contemporânea e se manifesta através da exclusão social, do desemprego e da precarização do trabalho.

“O desemprego, a precarização do emprego e a vulnerabilidade social são as consequências consideradas necessárias dos novos modos de estruturação do trabalho, em termos de flexibilidade, polivalência e competitividade³”. Assim, por serem consequências por novos modos de divisão do trabalho, o qual mantém sua base capitalista exploratória, há quem defenda que não haveria uma nova questão social, mas tão somente nova manifestação da mesma questão já identificada no século XIX.

A pesquisadora Alejandra Pastorini se posiciona de modo contrário à existência de uma nova questão social, já que para a mesma existem sim novos elementos, mas que referida nova questão social identificada seria apenas uma nova

³ FERREIRA, 2008, p. 583

forma de manifestação da problemática social identificada anteriormente, já que mantém os traços essenciais e constitutivos da sua origem.

Se partirmos do pressuposto de que a “questão social” tem sua gênese na forma como os homens se organizam para produzir numa determinada sociedade e num contexto histórico dado, e que essa organização tem suas expressões na esfera de reprodução social, então diremos, fazendo nossas as palavras de Netto, “que a ‘questão social’ está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração. (PASTORINI, 2004, p. 96)

Para a autora só poderia ser abordada uma nova questão social a partir da completa superação da questão social emergida no século XIX. Assim, a coexistência de ambas as questões sociais não seria possível. As diferentes formas de manifestação da questão social já existem devido às peculiaridades de cada sistema econômico, de cada país ou região.

Ou seja, as principais manifestações da ‘questão social’ - a pauperização, a exclusão, as desigualdades sociais – são decorrências das contradições inerentes ao sistema capitalista, cujos traços particulares vão depender das características históricas da formação econômica e política de cada país e/ou região. Diferentes estágios capitalistas produzem distintas expressões da “questão social”. (PASTORINI, 2004, p. 97)

A questão social teria sua origem no final do século XIX, e apesar de ter sido alvo de políticas públicas voltadas para a sua solução, não teria sido completamente solucionada, mas sim teria se modificado diante da aplicação da flexibilidade no mercado de trabalho, proporcionando novas formas de manifestação e expressão da mesma problemática.

Nesse sentido, poderíamos afirmar que a “questão social” na sociedade capitalista tem sua gênese nos problemas sociais a serem resolvidos nas diferentes formações sociais pré-capitalistas, mas sua origem data da segunda metade do século XIX, quando a classe operária faz sua aparição no cenário político na Europa Ocidental, em definitivo quando a ‘questão social’ torna-se uma questão eminentemente política. (PASTORINI, 2004, p. 103)

Pode-se considerar a questão social como uma doença cuja cura ainda não identificada pelos médicos, ou seja, a doença continua recebendo diversos tratamentos diferentes, de acordo com a manifestação que se apresenta naquele momento, e certas medidas ocasionariam a solução apenas daquela manifestação, mas não a cura total da doença, que passa a se manifestar de nova forma.

A questão social seria, portanto, o problema persistente do paciente, que aqui seria a sociedade, já a pobreza, a exclusão, e o desemprego seriam as formas de manifestação, ou seja, seus sintomas. Assim, ao tratar certo sintoma, como o desemprego, por meio de políticas públicas indenizatórias, o Estado estaria “mascarando” o problema ou solucionando apenas aquela manifestação específica, podendo gerar outras manifestação da doença, como a exclusão social, a qual passa a ser tratada por meio de políticas públicas de inserção, que novamente pode não ser a solução final para o problema persistente.

Cria-se um ciclo onde os métodos utilizados pelo Estado para a cura do problema podem ocasionar o surgimento de novos problemas, como no caso de um remédio utilizado em um paciente que pode ocasionar efeitos colaterais, de modo que não se encontra uma solução para o problema e ainda acaba por agrava-lo a partir das novas manifestações provocadas.

Com efeito, só pela reintegração dos indivíduos na esfera do trabalho podemos romper esse círculo vicioso que faz com que a solução do problema (a indenização do desempregado) contribua paradoxalmente para agravá-lo (mantendo o desemprego), conforme vimos. A centralidade da questão do emprego tem a ver igualmente com outro fato: o emprego representa o único vetor da exclusão a que se pode aplicar uma ação pública de modo eficaz. De fato, o Estado nada pode fazer, ou quase nada, para forçar os laços familiares que constituem uma variável essencial da exclusão. (ROSANVALLON, 1998, p. 106)

Questiona-se assim se algum dia poderá se chegar a alguma cura para o problema, ou se este permanecerá como uma doença crônica ou incurável, aquele tipo de doença que acompanha o paciente para a vida toda. A questão social ocupa esse papel ao ser uma constante para a sociedade. Afinal, a questão social deixou de ser um problema apenas para parte da população, já que através de suas novas manifestações, como a exclusão social e a precariedade do trabalho, a problemática social passou a atingir diversas classes sociais, não sendo algo somente restrito àquela população marginalizada.

A questão social não diz respeito apenas às margens da sociedade. Com o processo de industrialização e da modernidade liberal, ela deixou de se circunscrever a populações marginais, assumindo a forma de uma “vulnerabilidade de massa” (Castel, 1995, p. 160). Embora desde sempre se tenha colocado explicitamente sobre as margens da vida social – sobre os “vagabundos” antes da revolução industrial, sobre os “miseráveis” do século XIX, sobre os “excluídos” de hoje –, a questão social inscreve-se numa dinâmica social global.

Através de um “efeito boomerang” (idem, *ibidem*, p. 21), os problemas postos pelas populações enclavadas na periferia de uma formação social fazem retorno para o seu centro. (FERREIRA, 2008, p. 582)

A sociedade contemporânea precisa enfrentar então constantemente a questão social, que é uma preocupação diária da agenda pública, a qual precisa destinar verbas para a busca de sua solução ou amenização. Busca-se a inserção dos excluídos no mercado de trabalho, bem como o acesso dos pobres e marginalizados à bens e serviços, de modo a diminuir a desigualdade social.

A questão social passou a caracterizar-se, assim, por uma preocupação em manter a coesão de uma sociedade ameaçada de fractura. Perante esta ameaça, que paira sobre as pessoas e que tem sido caracterizada em termos de precariedade, vulnerabilidade, exclusão, etc., os temas das classes sociais e das desigualdades, que marcaram a agenda sociológica dos anos de 1960–1970, passaram, em grande medida, a ser substituídos, a partir dos anos de 1980–1990, por uma focalização na questão do “laço”, do “vínculo”, bem como numa representação do problema em termos de conexão e de desconexão, de exclusão e de inclusão. (FERREIRA, 2008, p. 584)

Como visto no decorrer do artigo, a causa originária da questão social envolve a exploração do trabalho pelo capital, deste modo, enquanto não forem buscadas soluções que superem o problema da exploração, não haverá solução possível para exclusão, para a pobreza ou para o desemprego.

REFERÊNCIAS

Ivo, Anete B. L. **Questão social e questão urbana: laços imperfeitos**. Cad. CRH, Abr 2010, vol.23, no.58, p.17-33. ISSN 0103-4979. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000100002&lng=pt&nrm=iso>.

Data de acesso: 28/01/2018 às 22:42h.

FERREIRA, Fernando Ilídio. **A questão social, o Estado e o mito redentor da acção local: lógicas e tensões presentes nas políticas e no trabalho social**. *Soc. estado.*, Dez 2008, vol.23, no.3, p.555-589 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922008000300003&lng=pt&nrm=iso>. Data de acesso: 31/01/2018 às 01:14h.

MONTAÑO, Carlos. **Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento**. *Serv. Soc. Soc.*, Jun 2012, no.110, p. 270-287. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200004&lng=pt&nrm=isso>. Data de acesso: 30/01/2018 às 23:58h

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo, Cortez, 2004.

ROSAVALLON, Pierre. **A nova questão social**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.